



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6470

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Valcir Soares Silva

Data: 07/06/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 35/2005. (REVOGADA). Dispõe sobre a adaptação de listas de preços e cardápios, em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, ao uso por deficientes visuais. (Referente à Lei nº 3.415, de 07/07/2005, que foi posteriormente revogada pela Lei nº 5.139, de 09/05/2019).

Controle Interno – Caixa: 9.2

Posição: 45

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.2
Ordem: 45
nº fls. 03



35/2005
28.06.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N° ____/2005

Lei nº 3.415, de

AUTOR:

VEREADOR : VALCIR SOARES SILVA

ASSUNTO:

Dispõe sobre a adaptação de listas de preços e cardápios,
em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, ao uso por
deficientes visuais.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 07/06/2005
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - G.O. em 28.06.2005
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DE VALCIR DA ADEMOC

Acessibilidade a todos

As Comissões
+ 1 DG 105
[Assinatura]

PROJETO DE LEI N.º ____/2005

DISPÕE SOBRE A ADAPTAÇÃO DE LISTAS DE PREÇOS E CARDÁPIOS, EM BARES, LANCHONETES, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES, AO USO POR DEFICIENTES VISUAIS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, com a oferta de produtos e serviços para o consumo no local ou preestabelecidos em cardápios ou listas de preços, em funcionamento em Montes Claros, deverão adaptar-se a escrita Braille e ampliação de tipos ao uso por parte de pessoa portadora de deficiência visual.

Art. 2º - Nos cardápios em braile deverão constar nome do prato, ingredientes usados no preparo, relação de bebidas e os preços, além de outras informações necessárias.

Art. 3º - Será dado um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação, para os estabelecimentos envolvidos se enquadrarem nas disposições desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 07 de junho de 2005.


Valcyr Soares Silva
Vereador - PTB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 08 DE JUNHO DE 2005
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional.

Silva
Muniz
Muniz

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 28 DE JUNHO DE 2005
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DE VALCIR DA ADEMOC

Acessibilidade a todos

Justificativa:

Quer-nos parecer que a presente proposição fala por si só, pois trata de medida integralmente destinada a reduzir os muitos obstáculos que tanto dificultam o cotidiano das pessoas portadoras de deficiência visual.

Desta forma, acreditamos que as mudanças ora propostas, se diminutas para o comércio, prestarão palpável auxílio aos portadores de deficiência visual.

Pelo exposto, conclamo os Nobres Pares a apoiar os deficientes visuais, aprovando a presente proposição nos termos em que se apresenta.


Valcir Soares Silva
Vereador - PTB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Dispõe sobre a adaptação de listas de preços e cardápios em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, ao uso por deficientes visuais.”, de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O tema em questão é de iniciativa do Legislativo Municipal.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de junho de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605